



# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 10

Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Gabriella Rossetti Ferreira**  
(Organizador)

# **Educação Políticas Estruturação e Organizações 10**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 10 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 10)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-311-8

DOI 10.22533/at.ed.118190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 10” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O TRATAMENTO DE CONTEÚDOS CONCEITUAIS PROCEDIMENTAIS E ATITUDINAIS A PARTIR DO JOGO MATEMÁTICO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria Pâmella Azevedo Araújo</i> <i>Mônica Augusta dos Santos Neto</i> <i>Claudiene dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO PARA O LETRAMENTO INFORMACIONAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Lucas Vinícius Junqueira Cavallache</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O USO DE UMA FERRAMENTA DIGITAL NO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA	
<i>Viviane Poersch Maldaner</i> <i>Ranaí Gonçalves Sangic</i> <i>Sonia Maria da Silva Junqueira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O USO DO APLICATIVO SCRATCHJR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Waleria Lindoso Dantas Assis</i> <i>Tyciana Vasconcelos Batalha</i> <i>Josélia de Jesus Araujo Braga de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
OFICINANDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM: UM OLHAR PARA POSSIBILIDADES NO ENSINO DE BIOLOGIA	
<i>Francisco Bruno Silva Lobo</i> <i>Rayane de Tasso Moreira Ribeiro</i> <i>Lydia Dayanne Maia Pantoja</i> <i>Germana Costa Paixão</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
OS DESAFIOS DOS DOCENTES EM MEIO A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Amanda Raquel Medeiros Domingos</i> <i>Ervânia da Silva Marinho</i> <i>Maria Nazaré dos Santos Galdino</i> <i>Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
OS DESENHOS INFANTIS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS	
<i>Alexandra Nascimento de Andrade</i>	
<i>Carolina Brandão Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
OS PROJETOS DE LEITURA NA PROMOÇÃO DO LETRAMENTO LITERÁRIO: LER PARA SE LIBERTAR, NÃO PARA ALIENAR	
<i>Lucilene Gonçalves de Oliveira Lourenço</i>	
<i>Noemi Campos Freitas Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>80</b>
EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	
<i>Danielli Vacari de Brum</i>	
<i>Danielly Eponina Santos Gamenha</i>	
<i>Maria Beatriz Souza Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1181903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
PARA ALÉM DO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA	
<i>Vívia de Melo Silva</i>	
<i>Melânia Mendonça Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
PARRESÍA E CUIDADO DE SI: O DILEMA FOUCAULTIANO DAS FORMAS DA VERDADE NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA	
<i>Filipe Kamargo de Santana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
PARTICIPAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO NORTE E NORDESTE EM ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
<i>Winnie Gomes da Silva</i>	
<i>Antonio Roazzi</i>	
<i>Maria Inês Gasparetto Higuchi</i>	
<i>Aparecida da Silva Xavier Barros</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>129</b>
PATRIMÔNIO HISTÓRICO	
<i>Victor Hugo Silva Rodrigues</i>	
<i>Érika Santos Silva</i>	
<i>Arlinda Cantero Dorsa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
PEDAGOGIA DIFERENCIAL: QUALIDADE DO AMBIENTE PEDAGÓGICO PARA ESTUDANTES COM DESORDENS ESPECÍFICAS DE APRENDIZAGEM	
<i>Roseline Nascimento de Ardiles</i> <i>Roseane Nascimento da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>153</b>
PERCALÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	
<i>Blanca Martín Salvago</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>165</b>
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DE DUAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE GOIÂNIA (GO)	
<i>Hugo Marques Cabral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>178</b>
PERFIL ALIMENTAR DOS ESCOLARES DAS SÉRIES INICIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
<i>Dayane de Melo Barros</i> <i>Danielle Feijó de Moura</i> <i>Tamiris Alves Rocha</i> <i>Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa</i> <i>Maria Heloisa Moura de Oliveira</i> <i>Gisele Priscilla de Barros Alves Silva</i> <i>José André Carneiro da Silva</i> <i>Roberta de Albuquerque Bento da Fonte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>184</b>
PERFIL DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE LEOPOLDINA	
<i>Daniela Ferreira de Souza</i> <i>Beatriz Gonçalves Brasileiro</i> <i>Edivânia Maria Gourete Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
PERFIL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE PERNAMBUCANO SOBRE O DESCARTE ADEQUADO/INADEQUADO DE MEDICAMENTOS	
<i>Juliana Thais da Silva Amaral</i> <i>Paloma Lourenço Silveira de Araújo</i> <i>Eduarda do Nascimento Serra Sêca</i> <i>Ana Paula Freitas da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>203</b>
PERSPECTIVANDO O APRENDER E ENSINAR MÚSICA: EXPERIENCIANDO E REFLETINDO DESDE O SUBPROJETO PIBID-MÚSICA DA UFRJ	
<i>Celso Garcia de Araújo Ramalho</i>	
<i>Anderson Carmo de Carvalho</i>	
<i>Camila Oliveira Querino</i>	
<i>Eliete Vasconcelos Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>212</b>
PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS	
<i>Gislane Damasceno Furtado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
PESQUISA E MÉTODO: CAMINHOS QUE CONTRIBUEM PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
<i>Adriana Vieira Lins</i>	
<i>Ciro Bezerra</i>	
<i>Daniella Meneses de Oliveira Arroxellas</i>	
<i>Claudio da Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>232</b>
PESQUISAS SOBRE CORPO E GÊNERO NAS REVISTAS DA ABEM	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i>	
<i>Bruno Felix da Costa Almeida</i>	
<i>Daniele Isabel Ertel</i>	
<i>Diego Luis Faleiro Herencio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>243</b>
PIBID E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A PERCEPÇÃO DOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM EVIDÊNCIA	
<i>Maria Judivanda da Cunha</i>	
<i>Bernardino Galdino de Senna Neto</i>	
<i>Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares</i>	
<i>Fábio Alexandre Araujo dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>246</b>
PIBID TEATRO NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS COLETIVOS E COLABORATIVOS	
<i>Thais Santos de Souza</i>	
<i>Michele Louise Schiocchet</i>	
<i>Natália Faelize Lins de Avelar</i>	
<i>Gisele do Valle Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030425</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>250</b>
PIPEX NA ZONA RURAL: AVALIAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DE HENRI WALLON	
<i>Rodrigo Emanuel Celestino dos Santos</i> <i>Raquel Cordeiro Nogueira Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>260</b>
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EAD: ESTUDO DE CASO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DO CETAM-EAD/E-TEC NO MUNICÍPIO DE PARINTINS	
<i>Márcio Pires Fonseca</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>271</b>
PLANEJAMENTO INTERDISCIPLINAR NA MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA NO IFRR: DIMENSÕES PRÁTICAS DE PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	
<i>Maria Betânia Gomes Grisi</i> <i>Maria de Fátima Freire de Araújo</i> <i>Clecia Cristina da Silva Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>283</b>
PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE WEBCONFERÊNCIA: ELEMENTO MEDIADOR DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Renato Luiz Vieira de Carvalho</i> <i>Williana Carla Silva Alves</i> <i>Grazianny Santiago Amorim Araújo</i> <i>Roselito Delmiro da Silva</i> <i>José de Lima Albuquerque</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>291</b>
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE PENSAM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Jéssyka Souza Costa</i> <i>Sonia Bessa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030430</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>307</b>
POLIFONIA DO DISCURSO EM SALA DE AULA: O IMPACTO DAS AULAS ORGÂNICAS	
<i>Alexandre Robson Martines</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.11819030431</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>320</b>

## POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE PENSAM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

### Jéssyka Souza Costa

Graduação em Pedagogia - Universidade Estadual de Goiás  
Campus Formosa - GO

### Sonia Bessa

Universidade Estadual de Goiás  
Departamento de Educação  
Laboratório Interdisciplinar em Metodologias Ativas LIMA/UEG/CNPQ  
Campus Formosa-GO

**RESUMO:** Esse artigo apresenta resultado de investigação com 101 estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental de escolas municipais da região de Formosa-GO. Essa investigação teve como objetivo analisar e identificar as representações de pobreza, e desigualdade socioeconômica. Utilizou-se entrevista clínica individual e para a análise dos resultados utilizou-se os níveis propostos por Denegri (1997) que são IA, IB, II e III e indicam o pensamento econômico dos participantes. Somente 5% dos estudantes dessa investigação estão no nível de pensamento esperado, 95% apresentam defasagens na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Durante a distribuição dos entrevistados nos níveis propostos, observou-se que os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde. Foi apontado um nível intermediário, este

classificado como “Transição” estes apresentam características de pensamento do nível IB e II. Na amostra total o nível II teve um percentual bem menor em relação aos outros níveis. Esse é um nível mais evoluído, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos poderá contribuir para uma sociedade mais equânime. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e impulsiona a propor programas de educação econômica e financeira, que apresente estratégias e busque soluções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desigualdade, pobreza, estudantes, ensino.

**ABSTRACT:** This article presents a research result with 101 students from the 4th and 5th year of elementary school in municipal schools in the Formosa-GO region. This research aimed to analyze and identify the representations of poverty, and socioeconomic inequality. An individual clinical interview was used and the levels proposed by Denegri (1997), IA, IB, II

and III, were used to analyze the results and indicate the economic thinking of the participants. Only 5% of the students in this research are at the expected level of thinking, 95% present lags in the understanding of economic and social phenomena. During the distribution of the interviewees at the proposed levels, it was observed that students in Levels IA and IB associate wealth with happiness, well-being and health. It was pointed out an intermediate level, this classified as “Transition” these present characteristics of thinking of level IB and II. In the total sample, level II had a much lower percentage than the other levels. This is a more evolved level, students already have a greater understanding of socioeconomic mobility although still elementary, realize that for mobility to occur there are external restrictions, but they continue to prioritize and value individual effort. Only an understanding of the problems surrounding poverty and inequality and of the other social factors involved can contribute to a more equitable society. In the Brazilian context with so many problems of economic and financial order this is the kind of result that worries and drives to propose programs of economic and financial education, that presents strategies and seeks solutions.

**KEYWORDS:** Inequality, poverty, students, teaching.

## 1 | INTRODUÇÃO

Como compreender um fenômeno tão complexo, persistente, abrangente e duradouro como a pobreza? Ela está em todos os lugares e em todas as gerações, entremeada com todas as pessoas, sejam adultos, velhos ou crianças. Para Bessa (2018), A pobreza, a desigualdade social e a falta de perspectiva são fenômenos que sempre permearam a humanidade, são visíveis e perturbadores no contexto da modernidade. São fenômenos sociais complexos, que comprometem fortemente o desenvolvimento econômico, cultural, político, social e atingem milhões de pessoas no mundo inteiro, ou seja, obriga as pessoas a viverem expostas a todo tipo de marginalidade e desigualdade.

Pogge (2007) defende a erradicação da pobreza sistêmica ao reunir partidários de correntes dominantes do pensamento político normativo ocidental, numa coalizão voltada à erradicação da pobreza mundial mediante a introdução de um dividendo dos recursos globais, ou DRG. Para esse autor:

A atual apropriação da riqueza de nosso planeta é muito desigual. As classes economicamente favorecidas utilizam muitíssimo mais os recursos mundiais, e o fazem de forma unilateral, sem dar qualquer compensação às classes menos favorecidas por seu consumo desproporcional. (POGGE 2007, p. 143).

Ao buscar uma resposta para “O que é pobreza?”, obtêm-se diversos conceitos e referências, entre estes se destaca a definição de Moore (1963), onde afirma que esta é função de uma participação maior e menor na modernização, restringem o problema a parâmetros de natureza puramente material. A desigualdade por sua vez, segundo Milano (1988), refere-se a carências, entretanto, casualmente em termos

relativos, o que não caracteriza necessariamente a pobreza, esta é definida em função de um nível relativo de renda que varia conforme a média da renda nacional. Porém, segundo Santos (2009), a pobreza existe em todo lugar, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade, ainda mais se tratando de questões historicamente determinadas, onde as variáveis bem como sua definição, mudam ao longo do tempo. Assim a única definição válida para a pobreza é a atual, dada pela situação relativa ao indivíduo na sociedade a que pertence. Por isso, não tem sentido procurar uma definição única e universal. Conforme acentuou I. Buchanan (1972, p. 255) “[...] o termo “pobreza” não implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura”. (SANTOS, 2009, p.19 apud BUCHANAN, 1972).

Para tanto, a pobreza pode ser expressa em vários níveis: renda, cultural, escolaridade, raça, gênero, além da carência de recursos que deveriam ser básicos e promover cidadania e dignidade à vida humana. Sendo assim, desigualdade social está fortemente relacionada à pobreza e é um fenômeno que atinge milhões de pessoas em todo o mundo. O relatório Oxfam Brasil (2017) informa que 700 milhões de pessoas vivem com menos de 1,9 dólares por dia e apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população do planeta.

Para Bouget e Nogues (1994), a pobreza pode ser descrita como o maior meio de exclusão nas sociedades modernas, no compasso em que a exclusão mais visível é a econômica - o não ter acesso a condições básicas de vida. Nessa questão, a pobreza e a exclusão têm muitas formas, ultrapassando a dimensão econômica, podendo-se designar à idade, à etnia, a deficiências físicas, culturais, etc., além do que não se reduz a uma situação individual, mas coletiva. Não é um estado, mas uma relação, posto que a exclusão é em relação a alguma coisa ou a outrem.

Para Gaiger (2009) as desigualdades e pobreza são fenômenos associados de modo que a redução efetiva dos níveis de pobreza requer políticas e programas de combate às desigualdades. Para esse autor enfrentar a pobreza e a desigualdade representa um dos principais desafios da atualidade. O Brasil é um país de desigualdades, de extrema riqueza em todos os tipos de recursos, mas com uma persistente pobreza, segundo Gaiger (2009, p. 564),

[...] Uma população majoritária persistentemente de pobres, num país de recursos abundantes, tem permanecido quase imune à evolução econômica, na falta de programas estruturais contínuos, alicerçados em decisões políticas de ampla envergadura. A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades, de modo que, ao cabo de sucessivas fases de estagnação e de crescimento, o Brasil deixou de ser um país pobre e dependente, para converter-se numa das principais economias mundiais, sem deixar de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano.

A desigualdade é marcadamente o que mais distingue a sociedade brasileira, até

mesmo que a pobreza. Para Ribeiro e Menezes (2008) a pobreza é uma determinante na estrutura da desigualdade brasileira, tanto na distribuição de renda como de oportunidades de inclusão econômica e social. O que gera pobreza no Brasil não é a falta de recursos, mas a má distribuição dos recursos existentes.

A pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto permanecerem, relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001. P.6).

Ribeiro e Menezes (2008) corroboram a perspectiva de Gaiger (2009) e mencionam o fato de que enquanto a população pobre brasileira representa cerca de 30% da população total, nos países de renda per capita similar à brasileira este valor corresponde a menos de 10%. é “um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais. [...] na comparação com os demais países, a sociedade brasileira apresenta um dos graus de pobreza mais elevados do mundo” (RIBEIRO E MENEZES 2008, p. 46).

Dados da Oxfam (2017), declaram que no Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E os 5% mais ricos detém a mesma fatia de renda que os demais 95%. O relatório esclarece que uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. “Segundo projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza”. (OXFAM, 2017, p.9). Esses dados deixam claro que o problema brasileiro não se restringe a aumentar a renda per capita, mas a melhor distribuição da mesma. Com respeito a desigualdade social, Franco aponta,

Deve-se distribuir mais do que a renda para que seja possível distribuir a renda de modo sustentável. Se distribuíssemos igualmente a renda, ele tenderia a se concentrar mais adiante, porquanto aqueles que possuísem mais capacidade – dada, sobretudo, por estes outros fatores do desenvolvimento, como conhecimento, poder e riqueza – de converter renda em capacidades, tenderiam a acumular mais renda. (FRANCO 2000, p. 27).

Amar et al. (2002), define a desigualdade social como a distribuição equitativa de certos atributos. Esses atributos fazem referência a bens, serviços, direitos e obrigações, poder e privilégios em função não de características pessoais e não de posições sociais ou mobilidade socioeconômica se refere ao deslocamento entre diferentes classes sociais, quer seja ascendente e descendente, o que implica em considerar aspectos relacionados a “ordem política” e a “ordem econômica”.

Delval (2012) afirma que em torno desses dois aspectos - política e economia -

giram os principais problemas da sociedade. Quando fala de problemas econômicos esse autor elenca temas como o uso do dinheiro, a desigualdade social, e a mobilidade socioeconômica.

Bessa (2018) observa ainda que, a realidade da pobreza se torna ainda pior porque está diretamente relacionada à desigualdade social. Esses problemas estão relacionados, pois para acabar com a pobreza é necessário reduzir os níveis de desigualdade. Porém, essa possibilidade caminha em passos lentos, pois no Brasil não há uma política econômica inclusiva. Pois a economia brasileira funciona de maneira concentrada, onde muitos tem pouco e poucos têm muito. Sendo assim, se os bens econômicos não são distribuídos de forma adequada, de modo que todos sejam beneficiados, o combate à pobreza se tornará cada vez mais lento.

Corroborando com essa afirmação, destaca-se a fala do coordenador de pesquisas da ONG Oxfam, onde afirma que:

Quando não se empodera economicamente a metade mais pobre da população, a economia paga este preço. Perde-se mercado consumidor, as pessoas deixam de acessar serviços básicos, e então não se tem mão de obra qualificada. Porque se as pessoas são muito pobres, elas acabam deixando de estudar e entrando no mercado muito cedo. Então esta conta se paga mais pra frente. Vai acabar gerando mais pobreza e mais recessão. E para acabar com a pobreza com a atual distribuição de renda, a economia global precisaria crescer 175 vezes (PULICE 2018).

O relatório Oxfam (2018), destaca maneiras de se construir uma economia mais humana para resolver o problema em questão, para tanto se pode estabelecer uma economia principalmente de duas maneiras: concebendo economias mais igualitárias e usando a tributação e os gastos públicos para redistribuir e promover uma maior equidade. Priorizando assim, os interesses dos trabalhadores e de pequenos produtores, e não dos donos de grandes fortunas. Atuando dessa forma, se colocaria fim a desigualdade e a má distribuição de renda, dando ao planeta e às futuras gerações, um futuro com novas possibilidades e um mundo mais igualitário. Para isso é necessário, “Reconhecer o impacto do atual modelo econômico neoliberal dominante sobre os pobres do mundo. Com base nesse reconhecimento, deve-se trabalhar no sentido de desenvolver economias mais humanas cujo objetivo principal seja o de promover uma maior equidade.” (OXFAM 2018, p. 15). Essas sugestões devem ser acatadas pelos governos e instituições diretamente ligadas a economia do país, pois para que ocorra uma mudança real, as instâncias com mais poder devem reconhecer e se conscientizar da necessidade de mudanças na forma de administração dos bens e riquezas da sociedade.

Para Ferreira e Latore (2012, p. 2524), [...] a desigualdade social é uma condição inerente ao próprio sistema capitalista, onde um pequeno grupo de pessoas detém os meios de produção e o capital financeiro, enquanto a grande maioria da população é possuidora apenas de sua força de trabalho”. Para esses autores a desigualdade é

um fenômeno socioeconômico, que influencia a saúde humana, é injusta, indesejável e evitável e se funda no caráter essencial da diferença, pressupõe exclusão, contudo esse autor afirma que é um fenômeno social e cultural, um fenômeno de civilização. “[...] A diferenciação socioeconômica entre as pessoas está associada ao valor fundamental como a liberdade e o desempenho das potencialidades individuais e das oportunidades. (FERREIRA e LATORE 2012, p. 2525)

Com base na definição desses autores verifica-se que o conceito de desigualdade social é multidimensional, ou seja, são muitos os aspectos que devem ser analisados, e há grandes limitações dos indicadores atuais em contemplarem toda a complexidade conceitual.

Para Stehr (2000), as sociedades contemporâneas avançadas estão se tornando cada vez mais “sociedades do conhecimento”, e os conceitos de desigualdade continuam muito restritos com o processo de produção, sua organização e seus resultados. “o conhecimento vai tomando o lugar da propriedade e do trabalho como mecanismo constitutivo da desigualdade, a relação dos indivíduos e dos grupos com o conhecimento passa a ter uma importância fundamental para os padrões de desigualdade social nas sociedades contemporâneas. (STEHR, 2000, p. 109).

A busca por uma resolução para os altos níveis de pobreza e desigualdade no Brasil é uma batalha que vem sendo travada segundo dados do IPEA (2006), desde os anos 60, quando a inflação atingiu seu ápice, desde então houve estabilidade nessa questão e atualmente a busca por estabilidade está ligada a desigualdade. Onde destaca-se a atuação das Políticas

Públicas, quanto a essa afirmação, Neri (2006) expõe que,

Vale frisar que o objetivo final de políticas pública não seria a redução da desigualdade em si, mas a melhoria do nível de bem-estar social que, objetiva e subjetivamente, depende dela, do crescimento e outro fator subjetivo: A estabilidade econômica. (NERI 2006 P. 130).

A pobreza e a desigualdade social estão atreladas numa espécie de simbiose, onde uma está a outra certamente estará também. A erradicação da pobreza e a desigualdade social é um dos maiores desafios dos governos e em especial o governo brasileiro. Em 2003 no Brasil foi criado o Programa Bolsa Família, cuja meta foi a promoção do desenvolvimento social e o combate à pobreza por meio da transferência direta e condicionada de renda. Esse programa estava associado a outros programas sociais. Para Carvalho (2002), citado por Gonçalves, Minicucci e Amaral (2017), um dos mecanismos institucionais para solucionar ou mitigar eventuais diferenças e desigualdades dentro de uma sociedade é a implementação de políticas públicas que atuem de modo direto na chance de condições mais equânimes, isso está intimamente relacionado ao desenvolvimento dos direitos sociais, definidos como a participação na riqueza coletiva.

O Bolsa Família teve inspiração em outros programas anteriores como a

bolsa escola da década de 1990 e foi a unificação de outros programas com menor abrangência e outras ações. Para Gonçalves, Minicucci e Amaral (2017) o objetivo principal desse programa era reduzir as desigualdades a partir da transferência condicionada de renda, atendendo a famílias em situação de pobreza de extrema pobreza, e impactar na educação e saúde por meio de condicionalidades. Outro objetivo era uma coordenação mais eficaz das ações de proteção social.

Mas o que pensam crianças e adultos sobre a pobreza e a desigualdade? Que soluções apresentam para esses dois fenômenos? Por que estudar pobreza e desigualdade?

Amar et al. (2001) apresenta dois motivos para investigar a compreensão das origens da pobreza e desigualdade social: o primeiro diz respeito ao interesse epistemológico ao proporcionar uma via de acesso a forma como crianças e adolescentes representam o mundo social em que estão inseridos. Tal conhecimento pode ajudá-los a compreender os processos mais gerais pelos quais os indivíduos chegam a construir um modelo coerente e organizado do mundo social. Tal conhecimento pode colaborar na construção de intervenções educativas mais eficazes que permitam aos indivíduos resolver problemas relacionados ao uso racional dos recursos, estimulem a participação cidadã e a busca de estratégias de intervenções para superar a pobreza.

Todos constroem ao longo da vida representações do funcionamento dos sistemas econômicos, mas para que isso ocorra de fato é necessário que o mesmo disponha de informações e experiências sobre a vida e a atividade do sistema social.

Para Delval (2012) a criança vai elaborando explicações sobre como e por que as coisas acontecem de determinada maneira e sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Posteriormente as explicações incidem sobre as normas e valores e estes reorganizam quando alcançam um maior grau de compreensão proporcionam as normas e valores um novo sentido, permitindo inclusive duvidar dos seus fundamentos.

Na América Latina se destacam os trabalhos pioneiros de Denegri (1995) Denegri, et al. (1998a), Denegri et al. (1998b) Amar, Abello e Llanos (2000); Amar et al. (2002), Chafel (2002), Denegri et al.(2010) com sujeitos do Chile e da Colômbia. No Brasil, alguns escassos estudos: Araújo (2009), Bessa (2008), Cantelli (2009), Fermiano (2010), Bessa, Fermiano e Denegri (2014) com crianças, jovens universitários e famílias.

Na perspectiva de estudar os fenômenos de ordem econômica esse estudo pretende verificar quais as representações de pobreza, mobilidade social e desigualdade social e econômica de crianças do 4º e 5º ano do ensino fundamental.

## 2 | METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa com desenho descritivo

comparativo. Foi constituída amostra de 101 estudantes do ensino fundamental: 49 do sexo masculino e 52 do sexo feminino, com idades entre 8 e 13 anos.

Para essa investigação constituiu-se de amostra intencional estratificada por idade, sexo e formação. Foi utilizada entrevista clínica criada por Denegri (1997), dividida em 3 partes: a primeira se refere a caracterização de ricos e pobres, descrição, tipo de trabalho, classe social. A segunda refere-se ao processo de mobilidade social, mobilidade socioeconômica e as causas da desigualdade social, e a terceira faz referência as causas e possíveis soluções da pobreza e desigualdade social.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente onde os estudantes foram convidados a responder 24 questões, no qual estes foram orientados a darem respostas sinceras e de acordo com o conhecimento prévio que tinham sobre o assunto. Cada entrevista foi transcrita em forma textual, e se obteve um protocolo para análise posterior.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Coletados os dados, foi feita a categorização de todas as respostas tendo como referência os níveis propostos por Denegri (1997-1998), considerando-se as variáveis, idade, sexo, e a formação dos estudantes. Os dados foram analisados de forma quantitativa com a utilização do programa estatístico SPSS-22.0 e qualitativamente através da análise de conteúdo das respostas dos estudantes.

Para avaliar o nível de compreensão acerca da pobreza, desigualdade e mobilidade social, Denegri et al. (1998) adotou quatro níveis (quadro 1), através dos quais os estudantes vão evoluindo na compreensão cada vez mais complexa do sistema social em que estão inseridos e quais são as causas e explicações para os muitos fenômenos verificados.

Foi feita uma análise global das entrevistas e cada um dos estudantes foram alocados nos níveis de pensamento propostos por Denegri (1998) e Amar et al. (2001).

A análise permitiu conhecer as representações dos estudantes quanto à conceituação de pobreza, desigualdade e mobilidade social, as possíveis soluções para o problema da pobreza e a auto definição dos estudantes permitiu obter uma distribuição percentual da amostra. Os níveis de pensamento refletem o conteúdo da estrutura das representações dos estudantes. Na tabela 1 verifica-se a distribuição dos níveis na amostra.

Níveis encontrados	Frequência (N)	Percentual
Nível IA	31	30,7%
Nível IB	45	44,6%
Nível em transição entre IB e II	20	19,8
Nível II	5	5,0
Total	101	100%

Tabela 1 – Níveis de pobreza, desigualdade social e mobilidade econômica.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível classificado como “Transição” se encontram os sujeitos que não se encaixaram no previsto por Amar et. al (2001) estes apresentam características de pensamento do nível IB e II, estando assim em transição pois estão próximos do nível II, porém ainda derrapam em alguns conceitos. e conta com 19,8% dos estudantes. Nesse nível, os estudantes do 4º ano correspondem a 7,90% e os do 5º ano a 11,90%.

O estudante “A” tem 10 anos, é um estudante do 5º ano do ensino fundamental. Para caracterizar ricos e pobres, ela declarou de forma objetiva, “rico é uma pessoa que tem muito dinheiro”, e “pobre é aquele que tem pouco dinheiro”, disse que o pobre não tem nada e o rico tem tudo, e que se reconhece um rico pelas vestimentas. Ao descrever o tipo de trabalho do rico, alegou que eles trabalham administrando empresas e que os pobres são a mão de obra.

Esse estudante se autodeclarou de classe média e que seus amigos em sua maioria são classe média e pobres. Ao conceituar a classe média, alegou que: “São pessoas que tem as coisas que querem, mas nem tudo”. Alegou que existem mais pessoas da classe média, pois esses são aqueles que “Tem quase tudo o que querem”. Ao ser perguntado o que devia fazer para ficar rico, alegou que somente se encontram um trabalho que pague muito dinheiro ou ganhar na loteria.

Ao ser questionado por que há ricos e pobres. Mencionou que o motivo é que uns trabalham e tem mais sorte que outros. Enfatizou que quem poderia resolver essa situação seria o prefeito e os governantes, através do estímulo do trabalho e ajuda financeira. Esse estudante foi classificado no nível de “Transição”, pois apresenta características de pensamento do nível IB e II.

A maioria dos estudantes (44,0%) está no nível IB que correspondem aquelas respostas em que persistem concepções pouco realistas, permanecem crenças de que a riqueza é proveniente do trabalho ou resultado de herança ou sorte ao ganhar na loteria. Essa é uma associação simplista de que ganha bem quem trabalha muito. A meritocracia é valorizada, e a crença de que a mobilidade social depende única e exclusivamente da vontade individual, desconhecem as restrições da realidade, permanece a certeza que se a pessoa não melhorou de vida é porque não se esforçou o bastante. Consideram a existência de uma classe média, e asseguram que para

acabar com a pobreza é necessário a ação do estado ou outras figuras paternalistas como a assistência social.

Seguido do Nível IB com 44,6% segue o nível IA com 30,7%. Esse nível é mais elementar. As crianças não têm compreensão dos processos temporais e não percebe as mudanças sociais. Quanto ao trabalho, imaginam que qualquer trabalho serve para enriquecer. A questão da desigualdade social não tem explicação para esse grupo de crianças. Suas explicações se baseiam na intuição e na aparência.

Na amostra total o nível II (5%) teve um percentual bem menor em relação ao Nível IB (44,60%). Esse é um nível mais evoluído que o anterior, os estudantes já têm uma compreensão maior de mobilidade socioeconômica embora ainda elementar, percebem que para que ocorra mobilidade existem restrições externas, mas continuam a priorizar e valorizar o esforço individual. Acreditam que o esforço individual, e uma boa educação são fatores determinantes para melhorar o nível sócio econômico, já estabelecem relações entre a hierarquia e a remuneração, mas não compreendem a relação entre poder e exploração. Continuam com crenças de que o estado é o único responsável para solucionar o problema da pobreza, já incorporam ideias de oportunidade embora não compreendam as ações que impõem obstáculos às mudanças sociais, o pensamento continua centrado em atitudes e comportamentos das pessoas. A mobilidade socioeconômica é percebida numa perspectiva mais próxima da realidade, porém os estudantes pensam que a mobilidade se dá de forma natural, que com o tempo e o trabalho as pessoas vão ascender socialmente. Somente 5 estudantes do total da amostra alcançou esse nível.

Como 30,7% estão no nível IA, 44,6% no nível IB e somente 5,0% no nível II verifica-se que a maioria dos estudantes concebem a sociedade como dois grupos distintos e polarizados: pobres de um lado e ricos do outro. Estes são descritos a partir dos atributos externos como a presença ou ausência de posses materiais.

Os estudantes dos Níveis IA e IB associam riqueza com felicidade, bem-estar e saúde: todo rico é realizado, tem sucesso, é bonito e tem muitos bens, porém não tem paz e “Deus no coração”. O pobre tem um estereótipo de fracassado, feio, passa todo tipo de privações, porém apesar de tudo é rico de saúde e de Deus. A compreensão de classe média é pouco clara para esse grupo, em especial os que estão no nível IA confundem classe média e ricos, descreve-os como se fossem a mesma classe, já os do nível IB mencionam ocasionalmente que rico tem mais bens que classe média.

A tabela 2 apresenta os níveis de pensamento econômico quanto a variável ano escolar. Não foi verificada diferença significativa quanto ao ano escolar. A amostra mostrou-se homogênea.

Ano escolar	Níveis de pensamento econômico				Total
	IA	IB	Transição	II	
4º ano	16,8%	20,8%	7,9%	1,0%	46,5%
5º ano	13,9%	23,8%	11,9%	4,0%	53,5%
Total	30,7%	44,6%	19,8%	5,0%	100,0%

Tabela 2 – Classificação dos níveis quanto a formação acadêmica.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

O nível IA apresenta um percentual de 30,7% dos estudantes sendo que (16,80%) do 4º ano e (13,90%) do 5º ano. Esse é o nível mais elementar, encontrado geralmente em crianças com até 10 anos de idade. Esperava-se que um número menor de estudantes estivesse nesse nível.

O nível IB com o maior percentual de estudantes (44,6%) tem uma distribuição muito similar entre o 3º e 4º ano. Houve uma leve evolução do 5º ano em relação ao 4º com um percentual de 23,8% e 20,8% respectivamente. Esse é um nível ainda bem elementar e levando-se em conta a idade e o nível de formação dos estudantes o esperado é que poucos deles ou nenhum deles estivessem nesse nível. Com esse pensamento as soluções para a pobreza estão limitadas a decisões paternalistas do estado ou de instituições de assistência social.

A percepção de classe média também é fragmentada e pouco definida. Não percebem a integração dos diferentes elementos que compõem o sistema econômico. A mobilidade social depende do esforço individual e única e exclusivamente do trabalho. A representação de pobreza é o resultado de uma conduta inadequada dos pobres, que trabalham pouco ou que não sabem utilizar o dinheiro. Nas investigações de Denegri (1997, 1998) e Amar (2001) o nível IB corresponde a crianças com idade entre 11 e 15 anos de idade. Na perspectiva dos estudos mencionados, os nossos estudantes crianças e adolescentes estão pouco abaixo do esperado com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Os estudantes do 4º ano se distribuem em IA (16,80%), IB (20,80%), Transição (7,90%) e II (1,0%) enquanto os estudantes do 5º ano se encontram no nível IA (13,90%), nível IB (23,80%), em transição (11,90%) e no nível II (4,00%). Quando chega no nível II, o mais evoluído, sobressaem os estudantes do 5º ano.

Somente 5 estudantes no total da amostra estão no Nível II, contudo desses 4 deles são estudantes do 5º ano. Observando isoladamente esse nível existe uma diferença significativa para o 5º ano.

Outra variável analisada foi o gênero que está descrita na tabela 3. Nessa tabela aparece a variável ano escolar e o gênero.

Ano escolar	Sexo	Níveis de pensamento		Transição	II
		IA	IB		
4º ano	Masculino	14,9%	17,0%	10,6%	-
	Feminino	21,3%	27,7%	6,4%	2,1%
5º ano	Masculino	16,7%	25,9%	11,1%	1,9%
	Feminino	9,3%	18,5%	11,1%	5,6%
Total	Masculino	15,8%	21,8%	10,9%	1,0%
	Feminino	14,9%	22,8%	8,9%	4,0%
Total		30,7%	44,6%	19,8%	5,0%

Tabela 3 – Classificação dos níveis de pensamento econômico quanto ao gênero e ano escolar.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora.

No nível IB temos 30,7% da amostra, desse total 15,8% são do sexo masculino e 14,9% do sexo feminino, não existe diferença de gênero quanto a esse nível, mas existem algumas diferenças quanto ao nível acadêmico: verifica-se que tem mais meninas do 4º ano nesse nível numa proporção de 21,3% (meninas do 4º ano) e para 9,3% (meninas do 5º ano). Nos meninos ocorre o inverso, mas com uma diferença bem menor na proporção de 14,9% (4º ano) e 16,7% (5º ano). Comparativamente o maior número de meninas do 4º ano está nesse nível, (21,3%), contudo é no 5º ano que aparece também o menor índice (9,3).

No nível IB, com a maior representação de estudantes, (44,6%) a homogeneidade da amostra se acentua, existe somente um ponto percentual de diferença entre meninos e meninas: 21,8% e 22,8% respectivamente. Ao considerar a formação verifica-se que são 25,9% de meninos do 5º ano que estão nesse nível enquanto do 4º ano são somente 17% e 27,7% meninas do 4º ano e 18,5% do 5º ano. Verifica-se similaridade entre ano escolar e gênero.

O nível de transição com 19,8% dos participantes apresenta índices semelhantes quanto ao ano escolar o gênero. Já no nível II, o mais evoluído, o índice de estudantes nesse nível foi de somente 5%, contudo há uma predominância de meninas e do 4º ano como pode ser verificado na tabela. 3. Apenas 1,0% dos estudantes do sexo masculino estão no nível II.

Os níveis de pensamento econômico em relação à faixa etária dos participantes, verificou-se que em sua maioria as respostas não correspondiam à idade. Somente os alunos de 8, 10 e 11 anos possuem representantes no nível II e que em todas as idades o nível IB é maioria.

Enesco (1995) realizou um extenso estudo sobre as concepções de riqueza, pobreza e desigualdade social em crianças com idade entre 6 e 16 anos. Essa autora propõe a existência de quatro níveis de desenvolvimento, e verificou diferenças nas respostas quanto ao nível socioeconômico.

Roazzi, Dias e Roazzi (2006) investigaram as representações de desigualdade econômica de adolescentes de diferentes níveis sócio econômicos. Os autores utilizaram desenhos de pessoas representando ocupações que os participantes deviam ordenar em função da remuneração, atribuir salário e avaliar a satisfação. Os resultados apontaram para a existência de uma relação entre pertencer a um determinado grupo sociocultural e aspectos cognitivos da forma de representação das desigualdades econômicas na sociedade. As recompensas de salários associados com ocupações em diferentes posições na estratificação foram representadas diferentemente em função do nível socioeconômico e experiência sociocultural do participante. Os autores concluem com esse estudo que a estrutura do sistema de atividades sobre individuais na qual a criança está inserida desempenha um papel crucial no desenvolvimento de formas específicas de representação de desigualdade social.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cerca de 5,0% dos estudantes dessa investigação estão em um nível de pensamento mais evoluído, outros 95% estão nos níveis mais elementares (IA, IB e Transição). Portanto, observa-se que os estudantes, crianças e adolescentes estão abaixo do esperado, com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais.

Apresentam ideias acanhadas, e para que se tenha mudanças significativas nessa questão, somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos nesse contexto poderão contribuir para uma sociedade mais equânime.

Nem sempre é possível interferir ou promover mudanças no contexto social quando não se compreende os aspectos subjacentes. O enfrentamento das desigualdades é pré-requisito para um país constituído no estado democrático de direito, tendo entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como proposto no artigo primeiro da nossa Constituição. Contudo crianças e adolescentes precisam estar conscientes desse enfrentamento, e conhecer as possibilidades de intervenção.

Delval, (1989) aponta a importância do papel do adulto na socialização da criança, pois as diferentes representações da criança sobre o mundo em que está inserida são fruto de uma elaboração interna, de acordo com os instrumentos cognitivos que possui. A construção das noções sociais e dialéticas, ocorre a partir das intervenções e providências do adulto e das construções próprias do sujeito, entre o que é individual e o que é social. Isso necessita de tempo para ser organizado.

Para Melsert e Bock (2015) as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na sua dimensão objetiva quanto na subjetiva. Ao investigar a dimensão subjetiva desse fenômeno, é importante

dar visibilidade à presença de sujeitos que não são mera consequência da realidade social desigual, e sim sujeitos ativos, os quais constituem essa realidade e são, simultaneamente, constituídos por ela.

Ao concluir essa investigação, verifica-se a necessidade de explorar as formas como as pessoas percebem o mundo, as ideias que têm, e de como percebem a pobreza, mobilidade e desigualdade social. Esse trabalho abre discussões para outras investigações dessa natureza com populações similares no contexto brasileiro com outros grupos e diferentes faixas etárias.

Esses dados preconizam que existem poucas diferenças entre os dois grupos, independente do sexo, da idade da formação educacional, verifica-se homogeneidade nas respostas.

## REFERÊNCIAS

- AMAR, J., ABELLO, R. & LLANOS, M. **Desarrollo de conceptos económicos en niños y adolescentes colombianos y su interacción en los sectores educativos y calidad de vida.** Barranquilla: Proyecto CIDHUM. Financiado por la Dirección de investigaciones y proyectos (DIP) de la Universidad Del Norte y Colciencias. 2000.
- AMAR, J.A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M. C.; MARTINEZ, M. L.; GOMES, G. J. **La construcción de representaciones sociales acerca de La pobreza y desigualdade social em lós niños de La región Caribe Colombiana.** Investigación y desarrollo vol.9, n.2 pp 592-613. Universidad de norte Barranquilla, Colombia. 2001.
- AMAR, J. A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M; LLANOS, M. **Pensamiento económico de lo niños colombianos. Análisis comparativo en la región Caribe.** Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.
- ARAÚJO, R. M. B. **Alfabetização econômica: compromisso social na educação das crianças.** São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo. 2009.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil.** IPEA, Textos para discussão n. 800, jun. 2001.
- BARROS R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G.; Org. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** NERI, Marcelo. Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar social. – Brasília Pea, 2006. 2 v.
- BESSA, S. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia.** 2008. 318f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- BESSA, S.; FERMIANO, M. B. DENEGRI, M. C. **Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos.** Psicologia & Sociedade, 26(2), p.410-419. 2014.
- BESSA, S. **Pobreza e desigualdade social: representações de estudantes do ensino superior.** Anais do I Seminário Internacional de Educação Superior. Goiânia. 2018.
- BOUGET, Denis.; NOGUES, Nenry. **Evaluation des politiques de lutte contre les exclusions sociales.** Revue Française des Affaires Sociales, 'n.2, avr/juin, 1994.
- CANTELLI, V. C. B. **Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus**

**filhos**. 2009. 415f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAFEL, J. **Societal images of poverty: Child and adult beliefs. Youth and Society**. En: J. Amar. Ensayos en Desarrollo Humano. Barranquilla: Ediciones Uninorte. 2002.

DELVAL, Juan. **La representación infantil del mundo social**. In E. Turiel, I. Enesco & J. Linaza (Comps.), El mundo social en la mente del niño (pp. 245-328). Madrid: Alianza. 1989

DELVAL, Juan. **El constructivismo y La adquisición Del conocimiento social**. Apuntes de Psicología, universidad córdoba. vol. 30 (1-3), pp 99-109.número especial. 2012.

DENEGRI M. **El desarrollo de las ideas acerca del origen y la circulación del dinero: Un estudio evolutivo en niños y adolescentes**. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid. 1995.

DENEGRI, M. **La construcción de nociones económicas en la infancia y la adolescencia**. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera. 1997.

Denegri, M., Delval, J., Ripoll, M., Palavecinos, M. & Keller, A. **Desarrollo del pensamiento Económico en la Infancia y la adolescencia**. Boletín de investigación educacional, 13, 291308. 1998.

DENEGRI, M.; DELVAL, J.; RIPOL, M.; PALAVECINOS, M.; KELLER, A. **Desarrollo del pensamiento económico em La infancia y adolescencia**. Boletín de Investigación Educacional, 13, p.291-308. 1998a.

DENEGRI, M.; KELLER, A.; PALAVECINOS, M.; RIPOLL, M.; DELVAL, J. **Psicogenesis de las representaciones acerca de la pobreza y desigualdad social: estudio evolutivo con niños y adolescentes de ciudades con funcionamiento financiero limitado de La IX región**. Psykhe, 17 (2), p.13-24. 1998b.

DENEGRI, M.; GAETE, D. C.; ARAVENA, J. S.; ROJAS, C.V.; GOMES, Y.G.; VARGAS, H.M. **Representaciones sociales sobre pobreza en estudiantes universitarios chilenos**. Liberabit, Lima (Perú) 16(2): p.161-170. 2010.

ENESCO, I.; DELVAL, J.; VILLUENDAS, D.; NAVARRO, A.; SIERRA, P.; PEÑARANDA, A. **La comprensión de la organización social en niños y adolescentes**. Madrid: C.I.D.E. 1995.

FERREIRA, M. A.F; LATORRE, M.R. D. O. **Desigualdade social e os estudos epidemiológicos: uma reflexão**. Rev. Ciência & Saúde Coletiva. 17(9):2523-2531, 2012.

FERMIANO, M. A. B. (2010). **Pré-adolescentes (“tweens”) – desde a perspectiva da teoria piagetiana à da Psicologia Econômica**. 2010. 491f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FRANCO, Augusto de. **Além da Renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Millennium, Instituto de Política, 2000.

GAIGER, Luiz Inacio Germany. **A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, Set. /Dez. 2009. GONÇALVES, G. Q; MENICUCCI, T. M. G; AMARAL, E.F.L. **Diferencial educacional entre beneficiários do programa bolsa família**. Cadernos de pesquisa. V.47 n.165 p.770-795 jul. /set. 2017.

MELSERT, A.L.M.; BOCK A.M.B. **Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.

MILANO, Serge. La pauvreté absolue. Paris: Hachete, 1988

MOORE, W. E. **Social Change**. New Jersey, Prentice Hall, 1963

POGGE, T. W. **Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um dividendo dos recursos globais**. Sur – Revista internacional de direitos humanos. Número 6. Ano 4. 2007. p.142-163.

PULICE, Carolina. **Georges, da Oxfam: desigualdade e pobreza são inseparáveis**. Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/georges-da-oxfam-desigualdade-e-pobreza-sao-inseparaveis>, acesso em 30/10/2018.

RIBEIRO, C. O.; MENEZES, R.G. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen**. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v. 7 n. 1p. 42-55. jan/jun.2008.

ROAZZI, A; DIAS, M.G.B.B; ROAZZI, M. **A representação de desigualdade econômica em crianças e adolescentes de nível socioeconômico diferentes**. Ver. Psicologia: Reflexão e crítica, 19 (3), 515-525. 2006.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana** - 3.ed. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

STEHR, N. **Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15 número 42, fevereiro/2000.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>, acesso em 27/01/2018.

OXFAM BRASIL. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/assim-nao-davos>, acesso em 23/10/2018.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Rossetti Ferreira**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-311-8

